

Brasil não pode descuidar-se da Amazônia

JEFFERSON PINHEIRO



O general Carlos Tinoco diz ao Congresso o que a força terrestre faz para manter sua presença ativa na Amazônia.

A Amazônia Brasileira é, inegavelmente, uma área de grande importância geopolítica. Tal fato, de fácil percepção pela sua problemática intrínseca é resultante de uma série de realidades que se entrecroçam, entre as quais podemos destacar: grande extensão territorial, vazio demográfico, longa linha de fronteiras, riquezas naturais (em que sobressaem os recursos minerais e hídricos), às quais se somam fatores sócio-econômicos, envolvendo particularmente índios e garimpeiros, além do manifesto interesse internacional. Este somatório confere àquela região uma dinâmica toda particular.

Essa importância geopolítica impõe a urgente necessidade de integrá-la ao ambiente nacional e articulá-la com os vizinhos, já que o espaço geográfico abrangido pela imensa bacia, com 7.300.000 Km², de superfície, ao norte do Continente Sul-americano, interessa a sete países, além do Brasil: Guiana, Suriname, Venezuela, Colômbia, Peru, Bolívia e Equador. Estes oito países assinaram, em 1978, um Tratado de Cooperação, com o objetivo de estabelecer um programa conjunto para o desenvolvimento harmônico de toda a região, do qual já decorreram várias reuniões.

É importante assinalar, ainda, que as manifestações de interesse internacional, associadas ao fato de que a floresta amazônica não é a única grande floresta tropical do mundo, são eloquentes para demonstrar que o interesse internacional crescente sobre a Amazônia é um fato concreto, com o qual devemos nos preocupar, particularmente quando tratamos de assuntos que dizem respeito à nossa soberania. Tudo isto deixa evidenciado que a Amazônia, necessariamente, teria de ser considerada, como na realidade o é, desde há muito, uma área estratégica de alto interesse para a Força Terrestre.

Presença — Embora somente agora se possa dizer que a Amazônia está sendo realmente ocupada, a presença militar a ela está fortemente vinculada desde o início de sua colonização, quando, em 1616, Francisco Caldeira Castelo Branco fundou Belém do Pará, com a construção de uma fortificação. Desde aquela remota época até os dias de hoje, o dispositivo militar na área, embora de maneira modesta, veio evoluindo até chegar à configuração atual e quase como a única presença efetiva, onde a ação da Marinha, da Força Aérea e do Exército é praticamente a única responsável pelo apoio às populações distantes e à manutenção de nossas fronteiras. É evidente que vigiar uma linha de fronteira terrestre, de aproximadamente 9.600 Km de extensão, com 15 pelotões, de efetivo entre 30 e 40 homens cada um, uma companhia (Clevelândia) e um batalhão (Tabatinga), pressupõe a realização de reconhecimento aéreo e patrulhas terrestres. Os reconhecimento aéreos, por falta de meios, são escassos e as patrulhas, como não poderia deixar de ser, são limitadas às áreas próximas aos aquartelamentos. Assim, o dispositivo militar atualmente existente deve ir se ampliando à medida que a região for se humanizando, estando prevista a criação de uma Brigada de Infantaria de Selva em Boa Vista e de um Batalhão de Helicópteros em Manaus.

Portanto, a verificação e o desenvolvimento da Amazônia, com um avanço lento até o presente momento, teve como vetor principal a ação desbravadora das Forças Armadas, cuja expansão estrutural, de efetivos e de recursos materiais, se não teve dimensão compatível com a importância e a magnitude da missão, sempre foi e continua sendo pioneira, ressaltando-se que o estágio, até agora atingido, é fruto de grande sacrifício e extrema dedicação.

Calha Norte — Apercebendo-se desta realidade e da crescente importância da área, particularmente em nível internacional, o Governo Federal lançou, em 1985, as bases do Projeto Calha Norte, com ações efetivas já em 1986 e abrangendo a região situada ao norte dos rios

Solimões e Amazonas. Não se trata, ao contrário do que muitos pensam, de um projeto essencialmente militar. Ele prevê a ação conjunta e coordenada de vários ministérios e órgãos governamentais, visando atender aos seguintes objetivos: aumento da presença brasileira na área, fortalecendo as estruturas governamentais de oferta de serviços, de modo a criar estímulos e atrativos para o desenvolvimento da região; ampliação das relações bilaterais com os países vizinhos, fortalecendo os mecanismos de cooperação e os fatores de produção, reforçando a rede consular e facilitando as trocas comerciais entre as populações fronteiriças; expansão da infra-estrutura viária, sempre no sentido de complementar a vocação natural da região, que tem no transporte fluvial o mais importante fator de integração regional; fortalecimento da ação dos órgãos governamentais de Justiça, Polícia Federal, Receita Federal e Previdência Social como fatores de inibição da prática de ilícitos, decorrentes da pequena presença do Estado, em função das distâncias e do isolamento; intensificação das campanhas demarcatórias das fronteiras, pela

restauração e adensamento dos marcos limítrofes; promoção da assistência e proteção às populações indígenas, ribeirinhas e extrativistas, através da delimitação e demarcação das terras ocupadas pelos índios e pela criação de florestas nacionais capazes de oferecer-lhes proteção natural, em face dos contrastes de ordem cultural.

As Forças Armadas, particularmente o Exército, por já disporem de uma estrutura na área, prontamente responderam ao desafio do projeto. Em consequência, foram instalados quatro pelotões de fronteira, existindo outros dois em implantação e a previsão de mais cinco. Tais pelotões representam pólos de desenvolvimento, em torno dos quais, como ocorreu no passado com as colônias militares, se desenvolvem pequenos núcleos habitacionais, garantidores da presença brasileira e de nossa soberania. Com referência aos aquartelamentos desses pelotões, há um detalhe interessante a ser explicitado: todos eles possuem um pavilhão, denominado "Pavilhão de Terceiros", cuja finalidade é acolher elementos dos demais ministérios e órgãos governamentais com responsabilidade no pro-

jeito. A bem da verdade deve-se dizer que tais pavilhões estão, em sua grande maioria, ociosos. Isto preocupa, pois não há dúvida de que a solução definitiva para a problemática amazônica só será alcançada por meio de uma ação conjunta em todos os campos do poder, conduzindo esta região à sua integração definitiva ao restante do Território Nacional.

Terceiro Milênio — Além de viabilizar esta ação integrada, terão de ser superados fatores adversos que não ocorreram em outras épocas e em outras regiões e o fato de esta ocupação estar acontecendo às vésperas do III Milênio, quando os estímulos materiais decorrentes da evolução tecnológica tendem a fixar o homem nas proximidades dos centros desenvolvidos.

Entre esses fatores adversos destacamos: o imenso espaço geográfico da chamada Amazônia Legal, envolvendo cerca de 60 por cento do território nacional; a precária rede viária, predominantemente fluvial; a pequena e rarefeita população; as dificuldades enfrentadas pelos governos estaduais e Federal para se fazerem presentes na área; a existência de índios de diferentes tribos, que

desconhecem limites fronteiriços entre países; a presença de garimpeiros que, atraídos pelo ouro à flor da terra, atuam em diversas áreas, sem alvarás de autorização, nem sempre respeitando limites de fronteiras, acarretando sérios prejuízos ao meio ambiente, além de corromperem os índios, degradando seus costumes e levando-lhes doenças, sem a eles nada acrescentar culturalmente, senão despertar-lhes o interesse pelo ouro; a ação de missões religiosas estrangeiras, nem sempre voltadas para suas funções precípua.

Se somarmos tudo isso: a grande distância existente entre os marcos fronteiriços; a existência de grupos guerrilheiros organizados e de poderosos cartéis de narcotraficantes em alguns países vizinhos; a atuação predatória de garimpeiros de várias nacionalidades; a atuação de grupos multinacionais sob vários pretextos: ecologia, defesa dos povos indígenas, internacionalização da floresta etc.; as dificuldades que também têm os governos dos países vizinhos em projetarem seu poder nas áreas limítrofes.

Concluiremos, com absoluta clareza, que: a) a situação deverá ser enfrentada de forma global, por intermédio de decisiva ação governamental, envolvendo todos os ministérios, secretarias, iniciativa privada e organismos com responsabilidade no encaminhamento da solução dos diferentes problemas; é de fundamental importância acelerar os entendimentos com os países vizinhos em torno do pacto amazônico.

Dentro desta linha de raciocínio, a solução que visualizo é a total implementação do Projeto Calha Norte, envolvendo todos os setores responsáveis, criando todas as condições que possibilitem a ocupação de tão extensa área, de forma ordenada, com a correta utilização de suas terras agricultáveis, a preservação das áreas onde seja mais conveniente o extrativismo e a exploração organizada de suas imensas riquezas minerais e hídricas, em benefício de toda a sociedade.

Acresce que estamos às portas da conferência do Rio no próximo ano (Rio-92), tornando-se imprescindível que cheguemos a esse evento com uma linha de pensamento governamental que espelhe o consenso de toda a sociedade. Este é, aliás, como não poderia deixar de ser, o pensamento do Governo, que pretende buscar um ponto de vista comum sobre o tema, através de sua discussão, particularmente, com os governos dos estados amazônicos.

Diante dos fatos, ousa afirmar que o programa deve abarcar toda a Amazônia e não exclusivamente a Calha Norte. Uma prova de nossa consciência sobre esta realidade é que estamos passando a área amazônica para a primeira prioridade em nossos planejamentos. Para concluir, é importante ressaltar, que o presidente Collor, em sua mensagem ao Congresso Nacional, na abertura da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 49ª Legislatura, no corrente ano, evidenciou sua intenção de conferir prioridades às ações, que dizem respeito à Amazônia.

A segurança da Nação, nos dias atuais, está longe de apoiar-se, tão-somente, na força das armas. Ela depende, antes de mais nada, do desenvolvimento que se tenha alcançado nos campos político, econômico e psicossocial, em razão da capacidade demonstrada pela própria população. Deve estar alicerçada na conjugação entre o povo e o Governo, na confiança do povo em suas instituições, no entendimento entre os diferentes setores da sociedade, voltados todos para a construção de uma Nação democrática, dinâmica, desenvolvida, coesa, forte, pacífica e feliz, que não poderá prescindir de Forças Armadas adequadamente dimensionadas e preparadas, capazes de defendê-la.

Depoimento do Ministro do Exército na CPI da Amazônia

Calha Norte: a fronteira do futuro

Gen. Carlos Tinoco
 Ministro do Exército

A extensa faixa da fronteira Norte, praticamente desabitada, com subsolos extremamente ricos e distante dos centros de poder do País, o narcotráfico, o descaminho e o contrabando, os frequentes conflitos envolvendo índios, garimpeiros e mineradoras e o intenso interesse internacional em assuntos da Amazônia estavam a exigir o urgente aumento da presença do Governo naquela remota região, a fim de garantir a soberania nacional e a integridade territorial, coibir as atividades ilegais e assistir as populações, na maioria indígenas, afligidas pela carência de recursos sociais básicos e indefesas às investidas da civilização. A ocupação com o cenário acima

descrito levou o então presidente José Sarney a adotar uma estratégia que acelerasse a integração dessa área ao ecúmeno nacional. Dessa forma, nasceu o Projeto Calha Norte.

Coordenando e integrando ações de vários ministérios e órgãos públicos, com prioridade para a faixa de fronteira, o Calha Norte teve início com o Projeto Piloto Tabatinga, cujo objetivo foi criar na pequena localidade, pouco mais do que apenas uma Guarnição Militar, uma infra-estrutura política, econômica e social que lhe possibilitasse surgir como pólo de desenvolvimento naquele extremo ocidente da Amazônia, cujas populações sentiam forte atração de Leticia, importante cidade colombiana. Em seguida, com base nessa experiência, foram implementados os seguintes projetos especiais: — relações bilaterais — com a recuperação e adensamento de marcos limítrofes; — aumento da presença brasileira — com base na ação pioneira das Forças Armadas e no apoio logístico que



elas podem prestar, especialmente o Exército, aos órgãos públicos e às populações que se instalarem junto às suas bases, que contam com instalações de saúde, escolas e sistemas de abastecimento de água, alimentos, energia, comunicações e transporte; — aumento da oferta de recursos sociais básicos — com a implantação de instalações de saúde, fixas e volantes (barcos), inclusive dois peque-

nos hospitais (Iauareté e São Gabriel da Cachoeira), creches e sistemas de água e energia, interiorização de médicos e dentistas pelo Pasesi, fornecimento de farmácias básicas, recuperação de salas de aula, construção da Escola Agrotécnica de São Gabriel da Cachoeira (1º e 2º graus), e implantação do Colégio Agropecuário de Benjamim Constant (2º grau) e do Centro de Treinamento Profissional de Tabatinga; — incremento das ações da Funai — com a demarcação de 38 áreas indígenas e a criação de 13 florestas nacionais; — ampliação da infra-estrutura viária — por meio de embarcações entregues aos municípios para intensificar o transporte fluvial, sendo as rodovias apenas sistema complementar. Carecem de fundamento, portanto, as precipitadas afirmativas que atribuem caráter exclusivamente militar ao referido Projeto.

A mensagem do presidente Collor ao Congresso Nacional, na abertura da 1ª Sessão Legislativa do corrente ano, demons-

tra claramente o caráter prioritário deste Projeto, ao qual é conferida feição de programa de governo. Estão previstas ações nas áreas de telecomunicações, defesa aérea, defesa naval, defesa terrestre, ensino fundamental, energia elétrica, saúde, assistência e previdência, transporte rodoviário e administração, o que evidencia uma significativa participação de organismos civis neste empreendimento. Dessa forma, o cidadão fardado espera de todos os seus irmãos brasileiros o engajamento decisivo nessa verdadeira cruzada que representa a integração da Amazônia ao restante do País, resguardando-a do interesse estrangeiro e assegurando condições que possibilitem a ocupação de tão extensa área, de forma ordenada, com a correta utilização de suas terras agricultáveis, a preservação das regiões onde seja mais conveniente o extrativismo e a exploração organizada de suas imensas riquezas minerais e hídricas, em benefício de toda a sociedade.